

SILVA, Luís Antônio Domingues da

*dep. geral MA 1886-1889; dep. fed. MA 1892-1910; pres. MA 1910-1914; dep. fed. MA 1915-1922.

Luís Antônio Domingues da Silva nasceu na cidade de Turiaçu (MA) no dia 11 de junho de 1862, filho de Francisco Domingues da Silva e de Antônia de Oliveira Domingues da Silva. Seu avô paterno, homônimo de seu pai, foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça durante o Império. Seu tio foi o barão de Tromaí, e seu irmão José Domingues da Silva foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Fez os estudos iniciais no Internato Pernambucano e logo depois ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou bacharel em 1883. Ainda estudante iniciou-se na política sob a influência do barão de Tromaí, defendendo a causa abolicionista e trabalhando como redator nos periódicos *O Abolicionista* e *Revista Acadêmica*.

Em 1884 candidatou-se pela primeira vez a deputado geral pelo Maranhão. Foi derrotado pelo conselheiro Almeida de Oliveira por uma pequena margem de votos, mas conseguiu se eleger deputado provincial pelo Partido Conservador. Foi afinal eleito deputado geral, e concomitantemente reeleito deputado provincial, com mandato de 1886 a 1889, chegando a presidente da Assembleia Provincial.

Após a proclamação da República, filiou-se ao Partido Católico, que ajudou a fundar ao lado do líder político e religioso João Tolentino Guedelha Mourão – o partido se fundiria depois com os partidos Nacional e Republicano Constitucional. Em 1892 foi eleito deputado federal, juntamente com Benedito Pereira Leite e Cristino Cruz, depois da anulação dos diplomas de Damaso Pereira, do barão do Alto Mearim e do padre Joaquim Sampaio Castelo Branco. Foi reeleito sucessivas vezes até a legislatura 1909-1911, quando renunciou para assumir o governo do estado do Maranhão.

Sua chegada ao governo do estado ocorreu em um conturbado momento da política maranhense no qual atuou significativamente. O vice-presidente estadual Artur Quadros Colares Moreira assumira o governo do Maranhão em 25 de maio de 1908, em virtude do afastamento do titular Benedito Leite para tratamento de saúde. Em 25 de fevereiro de 1909 Colares Moreira viajou para a Paraíba e para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para tratar de assuntos particulares e políticos, visando às próximas eleições estaduais, e foi

substituído pelo presidente da Assembleia Legislativa, Mariano Martins Lisboa Neto. Quando Colares regressou a São Luís, em 12 junho, o presidente em exercício recusou-se a entregar-lhe o governo, afirmando que havia perdido o mandato ao se ausentar do estado sem autorização do Poder Legislativo. A contenda só foi resolvida com a intervenção de políticos importantes no cenário nacional, como Nilo Peçanha e Pinheiro Machado. Ficou decidido então que Mariano Martins Lisboa Neto renunciaria à presidência do Congresso estadual e Artur Quadros Colares Moreira à vice-presidência do estado, passando o governo em 29 de junho de 1909 às mãos do novo chefe do Legislativo estadual, Américo Vespúcio Reis.

Durante toda essa disputa, Luís Antônio Domingues da Silva teve papel relevante, articulando no Rio de Janeiro e no Maranhão o fim das tensões. Assim, nas eleições seguintes, foi eleito presidente do estado como candidato único, e em 1º de março de 1910 recebeu o governo das mãos do interino Frederico de Sá Filgueiras. Fez uma administração marcada por empréstimos importantes para sanar dívidas estaduais, por benefícios à lavoura e por melhorias nas estradas de ferro e na navegação fluvial. No campo educacional, restabeleceu a Escola de Educandos Artífices, reformou o Liceu Maranhense e a Escola Modelo Benedito Leite, e criou a Inspetoria Geral da Instrução Pública. Comprou ainda para o estado a coleção artística de Artur Azevedo, teatrólogo, jornalista e contista maranhense renomado nacionalmente. Encerrou seu governo em 1º de março de 1914, quando teve início o de Herculano Nina Parga.

Depois de ter sido presidente do estado, foi novamente eleito deputado federal pelo Maranhão em 1915, e sucessivamente reeleito até a legislatura 1921-1923. Na Câmara dos Deputados, foi membro da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão Especial do Código Civil, na qual atuou nos capítulos sobre posse e propriedade. Também representou a Câmara dos Deputados no Congresso Jurídico Americano.

Além da política, exerceu por muitos anos a advocacia e dirigiu negócios da família. No campo jornalístico, escreveu no periódico *A Cruzada*, órgão do Partido Católico do Maranhão. Também foi membro da Academia Maranhense de Letras.

Faleceu na cidade de São Luís no dia 11 de julho de 1922.

Foi casado com Aureliana de Viveiros Coqueiro, filha de João Antônio Coqueiro, diretor Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1901 e 1905.

Publicou os seguintes folhetos: *Ensino agrícola – discurso na Assembleia Provincial do Maranhão* (1885), *Casamento civil e divórcio*, *Aos meus amigos mineiros – discurso no banquete oferecido à bancada mineira*, *Elementos para a resposta da Comissão da Câmara dos Deputados ao senador Rui Barbosa* e *Carta aberta ao general Pinheiro Machado sobre o empréstimo externo do Maranhão*. A seu respeito, Virgílio Domingues Filho publicou *Vida e obra de Luís Domingues* (1982). Elevada a município em 1961, a vila Carutapera recebeu o nome de Luís Domingues em sua homenagem.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; DOMINGUES FILHO, V. *Vida*; MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*.